

PORTARIA Nº 2589/2015 O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ uso de suas atribuições legais, RESOLVE, tendo em vista o Art. 2º, III, Portaria nº 1.785/2015, publicada no Diário da Justiça do dia 14 de agosto de 2015, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8518239-89.2015.8.06.0000, designar, **Vladwilson Mendes Pereira**, Técnico em Manutenção, matrícula 9652 para acompanhar serviço da empresa terceirizada na substituição de disjuntor e cabeamento do quadro elétrico do Fórum da Comarca de Aquiraz, no dia 17/11/2015, concedendo-lhes 0,5 (meia) diária, no valor unitário de R\$180,00 (cento e oitenta reais), totalizando **R\$ 90,00 (noventa reais)**. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em Fortaleza, 17 de novembro de 2015.

MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº2598/2015

Dispõe sobre Gratificação de Representação de Gabinete para militar

O Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8517047-24.2015.8.06.0000,

CONSIDERANDO o Boletim do CMDº Geral nº 191, de 13 de outubro de 2015, que resolveu transferir para a 3ª Companhia de Policiamento de Guarda o 1º Sargento PM Carlos Henrique Freitas Costa,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a partir de 16 de outubro de 2015, ao 1º Sargento PM Carlos Henrique Freitas Costa, matrícula nº 23274, a Gratificação de Representação de Gabinete para militar, prevista na Resolução nº 14, de 05 de novembro de 2009, republicada no Diário da Justiça de 11 de novembro de 2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 24 do mês de novembro de 2015.

Francisco de Assis Filgueira Mendes

Desembargador Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício da Presidência

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 2600/2015

Dispõe sobre Cessação e Concessão de Gratificação de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico por assistência a magistrado.

O Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais com fundamento no inciso V, do art. 6º, da Lei do Estado do Ceará nº 15.833, de 27 de julho de 2015,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8500064-93.2015.8.06.0114,

CONSIDERANDO a publicação da Resolução nº 07/2015, que dispõe sobre a transformação do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras de Mangabeira em 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte, mantido o titular e a competência definida na Lei Estadual nº 12.342/94,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar para o servidor RODRIGO LIMA BATISTA, Técnico Judiciário SPJNM, matrícula nº 5875.1/6, anteriormente lotado no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras de Mangabeira, a percepção da gratificação pela execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), e em substituição, conceder, a referida gratificação, no mesmo valor, ao citado servidor, nos termos do artigo 5º, inciso VI da Portaria nº 938/2013, publicada no Diário de Justiça em 26 de agosto de 2013, em razão de exercer atribuições de assistência direta a magistrado na 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 24 do mês de novembro de 2015.

Francisco de Assis Filgueira Mendes

Desembargador Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 2601/2015

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício da Presidência, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, incisos X e XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, a Lei estadual nº 15.833, de 27 de julho de 2015, e o art. 3º, § 2º, da Lei estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º da Lei estadual nº 14.155, de 1º julho de 2008,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8500064-93.2015.8.06.0114,

CONSIDERANDO a Resolução do Tribunal de Justiça nº 07/2015, disponibilizada no Diário da Justiça de 9 de outubro de 2015, que dispõe sobre a transformação do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras da Mangabeira na Segunda Unidade do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte,

CONSIDERANDO que não houve lei tornando extintos os cargos de Diretor de Secretaria e Conciliador, de simbologias GAJ-1, do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras da Mangabeira, bem como criando os cargos de Diretor de Secretaria e Conciliador, de simbologias DJS-3, para a 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte,

RESOLVE:

Art.1º **Exonerar KARLA ALEXANDRA BARRETO DE SALES**, Técnica Judiciária, matrícula nº 4688, do cargo em comissão de Gerência e Assessoria Judiciária de Diretora de Secretaria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras da Mangabeira, símbolo GAJ-1, e nomeá-la para o cargo em comissão de Gerência e Assessoria Judiciária de Diretora de Secretaria, símbolo GAJ-1, com lotação na 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Art.2º **Exonerar JOSÉ MARIA DA SILVA GOMES**, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 953, do cargo em comissão de Gerência e Assessoria Judiciária de Conciliador do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras da Mangabeira, símbolo GAJ-1, e nomeá-lo para o cargo em comissão de Gerência e Assessoria Judiciária de Conciliador, símbolo GAJ-1, com lotação na 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 23 de novembro de 2015.

Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 1228 /2015-SGP/SEGER

Dispõe sobre pagamento de gratificação pelo exercício de magistério.

O Secretário Geral e o Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes confere o art.1º, inciso I, da Portaria nº 1785/2015, de 14 de agosto de 2015, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8517688-12.2015.8.06.0000.

CONSIDERANDO que o curso de "Processo Penal nos Juizados Especiais Criminais" atende a "necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento de servidores, bem como a disseminação de conhecimentos, visando ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário", presente na Resolução nº 192 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO que o curso de "Processo Penal nos Juizados Especiais Criminais" está previsto no Plano de Educação Corporativa do Tribunal de Justiça do Ceará para o ano de 2015, disponível no processo administrativo nº 8508090-34.2015.8.06.0000.

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a Gratificação pelo Exercício de Magistério, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), ao servidor Antônio Carlos Largura Filho, matrícula nº 11858, Técnico Judiciário Assessor de Desembargador, lotado no Gabinete da Desembargadora Maria Edna Martins, especialista em Direito Processual Penal, integrante do Banco de Facilitadores de Aprendizagem (BFA).

Art. 2º A gratificação a que se refere o Art. 1º é devida ao servidor por atuar como tutor no curso "Processo Penal nos Juizados Especiais Criminais", na modalidade a distância, no período de 13 de outubro a 4 de novembro de 2015, com carga horária de 20h/a, para 80 (oitenta) servidores do Poder Judiciário cearense.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL E SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza em 23 de novembro de 2015.

Edílson Baltazar Barreira Júnior
Secretário de Gestão de Pessoas

Pedro Henrique Genova de Castro
Secretário Geral

PORTARIA Nº 1229/2015-SGP/SEGER

Dispõe sobre pagamento de gratificação pelo exercício de magistério.

O Secretário Geral e o Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes confere o art.1º, inciso I, da Portaria nº 1785/2015, de 14 de agosto de 2015, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8514989-45.2015.8.06.0001.

CONSIDERANDO que o curso "Capacitação em Processos de Negócio Finalísticos da CIAAC" atende a "necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento de servidores, bem como a disseminação de conhecimentos, visando ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário", presente na Resolução nº 192 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO que o curso "Capacitação em Processos de Negócio Finalísticos da CIAAC" foi autorizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará mediante processo administrativo nº 8509863-14.2015.8.06.0000.

RESOLVEM: